

**“EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E O PROCESSO DE “INTEGRAÇÃO” DOS POVOS INDÍGENAS À SOCIEDADE BRASILEIRA: UM MOVIMENTO HISTÓRICO DE LUTA E RESISTÊNCIA CULTURAL”**

Beleni S. Grando – Universidade do Estado de Mato Grosso/UFSC<sup>1</sup>

Este trabalho resulta da primeira fase dos estudos realizados no projeto de pesquisa cujo objetivo é compreender como se estabelecem as relações entre a cultura indígena bororo e a cultura brasileira hegemônica, através das práticas corporais do Povo Bororo em Mato Grosso.

O problema investigado parte da experiência com a formação de professores indígenas no Estado de Mato Grosso, através do Projeto Tucum no período de 1995 a 1999. Criado em 1995 pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC), o Projeto Tucum, Formação de Professores Indígenas para o Magistério, é uma proposta interinstitucional e intercultural. Interinstitucional, por reunir para a elaboração e a realização do projeto, instituições governamentais<sup>2</sup>, científicas<sup>3</sup> e não governamentais<sup>4</sup> que já desenvolvem programas educacionais junto aos povos indígenas do Estado. Intercultural, por atender, em quatro pólos, a formação de professores indígenas de 11 etnias: Rikbaktsa, Paresi, Apiaká, Kayabi, Munduruku, Iranxe, Umutina, Nambikwara, Xavante, Bororo e Bakairi.

No desenvolvimento da pesquisa foram realizados estudos sobre a história de *desocupação* e *ocupação* do que hoje se configura o Estado de Mato Grosso, assim como a história das relações estabelecidas especificamente com os bororo a fim de compreender como a política de *pacificação* e *integração* esteve atrelada a história da educação indígena e ao movimento de luta e resistência dos índios do Brasil.

As relações históricas estabelecidas entre os colonizadores e os povos indígenas do Brasil nos últimos 500 anos, revelam a construção dos valores autoritários e etnocêntricos ainda presentes na sociedade brasileira e que têm, efetivamente, contribuído para consolidar a

---

<sup>1</sup> Orientanda do Professor Dr. Reinaldo Matias Fleuri no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina - Linha de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais.

<sup>2</sup> Fundação Nacional do Índio FUNAI, Secretarias Municipais de Educação (SMEs), Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso (CEI/MT), Coordenadoria de Assuntos Indígenas do Estado de Mato Grosso (CAIEMT).

<sup>3</sup> Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

<sup>4</sup> Operação Amazônia Nativa (OPAN), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e por meio da participação de missionários, organizações que desenvolvem trabalhos junto aos povos indígenas de MT.

desigualdade e injustiça social que coloca a maioria da população como “sem-cultura”, isto é, sem-terra, sem-teto, sem-comida, sem-saúde, sem-educação... sem-cidadania.

Ao estudar a história dos povos indígenas do Brasil e sua luta por terra, cultura e educação, percebe-se que as lutas dos demais segmentos sociais excluídos do direito de cidadania neste país, têm em comum a mesma história de desapropriação de sua terra, de sua cultura e de sua educação.

Por cultura compreende-se as formas ou modelo de organizações econômicas, as relações sociais, as estruturas mentais, as práticas artísticas, corporais, religiosas, etc., ou como definem alguns antropólogos como Ruth Benedict, cultura é a forma de uma sociedade unificada pelos fatores dominantes. O termo cultura define portanto, *a produção de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social, ou seja, cultura diz respeito a todas as práticas e instituições dedicadas à administração, renovação e reestruturação do sentido* (CANCLINI, 1983:29).

Esta definição contribui para esclarecer que, ao se referir às diferentes culturas, compreende-se que as relações sociais que se estabelecem entre diferentes grupos étnicos numa mesma sociedade, a brasileira, mesmo que se remetem a estruturas mentais da cultura, estas se processam inseridas em estruturas materiais que lhe produzem sentido. A partir desta definição, compreende-se que embora a sociedade brasileira seja uma sociedade pluriétnica em que, os 215 grupos indígenas têm suas culturas diferenciadas, os fatores sociais (econômicos, políticos, etc.) que determinam as relações da sociedade brasileira são representados por uma única cultura, a cultura dominante<sup>5</sup>.

Desde o período colonial até o final da década de 80 do século XX, a educação escolar indígena, como uma das formas de “integração”<sup>6</sup>, fez parte de projetos políticos que

---

<sup>5</sup> A cultura brasileira dominante referida neste projeto é a cultura que hegemonicamente determina todas as relações sociais da sociedade brasileira e que têm seus valores atrelados à cultura ocidental branca, portanto, cristã e capitalista. Neste projeto compreende-se que a sociedade brasileira embora pluriétnica, isto é formada por diferentes povos e portanto culturas, tem historicamente através da classe que domina política e economicamente as demais classes sociais, subjugado as demais culturas privilegiando a cultura ocidental capitalista cuja lógica é a do mercado. Esta lógica portanto, impõe-se através das mais diversas formas de dominação e exclusão social, sua forma de pensar, sentir e ver os homens e mulheres e a natureza. Neste sentido, por cultura dominante ou cultura hegemônica compreende-se a cultura que reforça e mantém a lógica capitalista em que a própria diferença é transformada em mercadoria se interessar ao capital ou descartada quando compromete estes mesmos interesses.

<sup>6</sup> A integração para os projetos de colonização significou a eliminação da cultura indígena e a submissão à cultura dominante. Esta temática é apresentada na contextualização histórica do projeto.

visavam atender aos interesses da desocupação/ocupação das terras indígenas. Com a Constituição Federal de 1988, depois de muita luta e organização dos povos indígenas do Brasil, foram asseguradas novas relações desses povos com o Estado brasileiro. São reconhecidos na legislação os costumes, a organização social, a língua, a crença e a tradição dos povos indígenas, cabendo ao Estado a responsabilidade de proteção e incentivo a todas as manifestações culturais. O Artigo 210 da Constituição Federal assegura às comunidades indígenas a educação escolar com o direito da utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem.

No entanto, dez anos após a promulgação da lei, os 685 professores indígenas reunidos na Conferência Ameríndia e no Congresso dos Professores Indígenas do Brasil, realizada em Cuiabá/MT, em outubro de 1998, na Carta de Cuiabá, denunciam que muito ainda há de se fazer. Entre suas reivindicações, lutam pela garantia de que as escolas das aldeias terão seus regimentos e currículos específicos; o reconhecimento oficial de suas escolas pelos municípios, estados e a União de acordo com a Constituição; a formação dos professores com intercâmbio de experiências locais e regionais; e a veiculação da história e da cultura dos povos indígenas, com o correto tratamento dos fatos, nas escolas dos não-índios a fim de acabar com os preconceitos e o racismo.

Segundo CHAUI (1996), a sociedade brasileira, autoritária e preconceituosa não pode tolerar a manifestação explícita das contradições, justamente porque leva as divisões e desigualdades sociais ao limite e não pode aceitá-las de volta, sequer através da rotinização dos “conflitos de interesses” (à maneira das democracias liberais). *Pelo contrário, é uma sociedade onde a classe dominante exorciza o horror às contradições produzindo uma ideologia da indivisão e da união nacionais, razão pela qual a cultura popular tende a ser apropriada e absorvida pelos dominantes através do nacional-popular (1996:60).* Estas relações omitem os conflitos étnicos e “culturais” reforçando o preconceito e a subordinação dos grupos sociais minoritários que pertencem a classe social dominada.

As contradições entre as culturas indígenas e a cultura brasileira hegemônica<sup>7</sup> apresentam-se como mais uma forma de reforçar a exclusão social por meio das práticas corporais que expressam uma cultura autoritária e etnocêntrica, veiculada nas escolas brasileiras

---

<sup>7</sup> O termo Hegemonia refere-se ao sentido dado por GRAMSCI, também utilizado por outros autores que fundamentam a pesquisa deste projeto, entre eles BRACHT, TAFFAREL, WILLIAMS, CANCLINI e CHAUI.

índigenas ou não. Essas contradições dão a medida exata da distância entre a escola “existente” e a escola “almejada” por cada povo, demonstrando a complexidade que faz parte da problemática educação escolar indígena no Brasil, principalmente nos projetos de formação de professores que visam atender aos interesses e necessidades de cada etnia.

Para assegurar a escola indígena diferenciada, isto é, com currículos específicos, são necessários também projetos de formação de professores que reconheçam seus próprios processos de aprendizagem e, especialmente, os saberes de cada cultura para a educação indígena. *Para MONTE, segundo CAPACLA (1995:30), o processo de reconstrução de uma nova identidade indígena se dá através da síntese de saberes indígenas e não-indígenas, onde os professores exercem papel de intelectuais da cultura.*

Mesmo que a escola seja uma instituição produzida pela sociedade ocidental e que tenha servido para impor uma lógica de pensamento, uma organização social diferente das desses povos, portanto, uma cultura contrária à cultura indígena, ela é necessária e faz parte da luta por autonomia. *Ao lutar pela autonomia os povos indígenas reivindicam a possibilidade de conhecer o discurso revelado e velado da sociedade hegemônica. Pretendem estabelecer com ela outro tipo de relação, diferente da imposição ou da negação* (BONIN, 1998:41).

Segundo a autora, para MELIÁ (1997), assumir tal postura não significa isolamento ou rejeição de tudo o que vem da cultura hegemônica, mas o estabelecimento do diálogo no sentido pleno.

No desafio dos cursos de formação perpassa esta complexa realidade e a possibilidade de construção de projetos políticos emancipadores. Durante o curso de formação de professores indígenas donde parte o problema desta pesquisa, estes “confrontos culturais”<sup>8</sup> fizeram parte da prática pedagógica. Isto é, o confronto entre culturas que têm valores antagônicos permeiam a educação escolar indígena hoje e se apresentam de forma conflitante para o professor que tem em sua formação tanto a experiência na escola tradicional do sistema brasileiro de ensino, quanto a experiência da educação vivida em sua aldeia (comunidade).

---

<sup>8</sup> Em outras palavras e, utilizando-se do conceito de cultura popular discutido por CHAUI, isto significa que, diferentemente da perspectiva romântica, da ilustrada e da marxista “ortodoxa”, não tentaremos abordar a “Cultura Indígena” como uma outra cultura ao lado (ou no fundo) da cultura dominante, mas como algo que se efetua por dentro dessa mesma cultura, ainda que para resistir a ela (CHAUI, 1996: 24-25).

A escola, desde o tempo dos jesuítas (iniciada no período colonial), tem participado da construção de uma história oficial que tanto teve seu papel na “integração” cultural dos povos indígenas do Brasil, isto é, à lógica da cultura européia - ocidental/cristã, quanto da construção de verdades que atenderam aos interesses mercantilistas e que atendem aos interesses capitalistas atuais.

A história oficial sobre os povos indígenas é formadora da cultura dominante brasileira e tem construído valores e preconceitos que contribuem para a manutenção das relações de opressão sobre diversos segmentos da sociedade. Nesta história, o índio não foi escravizado: aceitou passivamente ser “miscigenado”; preguiçoso<sup>9</sup> (isto é, mal-adaptado ao mercado de trabalho capitalista); perigoso, devendo ser exterminado<sup>10</sup> ou então “civilizado” (isto é, entregue à sanha do mercado de compra e venda de mão-de-obra, mas sem garantias trabalhistas é “irresponsável”). Valores estes, comumente identificados nas “classes populares” (CHAUI, 1996).

Neste sentido, cabe contextualizar as relações sociais estabelecidas entre os colonizadores e os indígenas no Brasil para compreender como se deu a produção dos valores/preconceitos culturais que têm contribuído significativamente para as relações autoritárias e excludentes impostas pela classe dominante no Brasil.

Compreender as relações culturais – e neste contexto a educação escolar indígena - entre uma determinada cultura indígena e a cultura “nacional” não se limita a estabelecer relações entre culturas distintas mas perceber as desigualdades e os conflitos existentes nas manifestações simbólicas das classes que compõe a sociedade brasileira, cuja participação conjunta no mesmo sistema capitalista não permite uma existência autônoma. As recentes formas de subordinação econômica e política dos povos indígenas diante do capital monopolista e multinacional têm suscitado mudanças significativas nestas sociedades tradicionais.

---

<sup>9</sup> “... Os homens que aqui vêm não acham outro modo senão viver do trabalho dos escravos, que pescam e vão buscar-lhes alimento, tanto os domina a preguiça e são dados a coisas sensuais e vícios diversos”. RIBEIRO, op. cit. p.39 - descrição sucinta do colono por Manuel da Nóbrega em 1550.

<sup>10</sup> O exemplo mais recente de como a sociedade em seu conjunto vê o índio (genérico, todos iguais, etc.) no Brasil é o caso do Índio Galdino Pataxó. Índio deve ser preservado em suas aldeias, na cidade pode ser queimado vivo sob os olhos dos governantes do país e não acontece nada... Chico Mendes, o defensor dos povos da floresta, assassinado e seus assassinos soltos... mas quem se lembra? Que movimentos a sociedade fez para impedir que estes casos se repitam no Brasil?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONIN, Iara Tatiana. *A Ação Educativa na Tradição Kambeba: construindo significados para a escola*. Brasília, 1998. Projeto de Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 1998.
- BRACHT, Valter. *Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução*. Vitória, ES: UFES/CEFD, 1997.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Governo Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N. 9.394/96*. Brasília: Governo Federal, 1996.
- CANCLINI, Néstor García. *As Culturas Populares no Capitalismo*. Tradução de Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CAPACLA, Marta Valéria. O Debate sobre a Educação Indígena no Brasil (1975-1995) - resenhas de teses e livros. *Cadernos de Educação Indígena*. Volume I. Brasília/São Paulo: MEC/MARI-USP, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação/Coordenadoria de Assuntos Indígenas *PROJETO TUCUM - Programa de Formação de Professores Indígenas para o Magistério*. Cuiabá/MT: Governo do Estado de Mato Grosso, 1995.
- MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso - CEI/MT. *Urucum Jenipapo e Giz: educação escolar indígena em debate*. Cuiabá: Entrelinhas, 1997.
- MELIÁ, Bartolomeu. Ação Pedagógica e Alteridade: por uma pedagogia da diferença. In: CONFERÊNCIA AMERÍNDIA DE EDUCAÇÃO - AMERÍNDIA: tecendo os caminhos da educação escolar. *Anais da Conferência Ameríndia de Educação e Anais do Congresso de Professores Indígenas do Brasil*. Cuiabá, MT: Secretaria de Estado de Educação/Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso, 17 e 21 de novembro de 1997. p. 21-28.
- MONTE, Nietta Lindenberg. Política Pública e Educação Escolar Indígena no Brasil. In: CONFERÊNCIA AMERÍNDIA DE EDUCAÇÃO - AMERÍNDIA: tecendo os caminhos da educação escolar. *Anais da Conferência Ameríndia de Educação e Anais do Congresso de Professores Indígenas do Brasil*. Cuiabá, MT: Secretaria de Estado de Educação/Conselho de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso, 17 e 21 de novembro de 1997. p. 71-77.
- TAFFAREL, Celi Nelza Zulke et al. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## **APRESENTAÇÃO GRÁFICA**

APRESENTAÇÃO

FOTOS

METODOLOGIA

CONCEITOS

RESULTADOS

CONTEXTO